

EXERCÍCIOS DE INTERCULTURALIDADE – LEITURA E ESCRITA NA TERRA INDÍGENA.

JOSÉLIA GOMES NEVES (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA).

Resumo

Elaboração sobre o processo de leitura e escrita no âmbito da alfabetização inicial que ocorre nas escolas indígenas, das etnias Arara-Karo e Gavião-Ikolen na Terra Indígena Igarapé Lourdes, em Ji-Paraná, Rondônia. Discute o significado de produções infantis enquanto manifestações do diálogo intercultural (FLEURI, 2003) – práticas bilíngues expressas no papel, mediante uso de tecnologia não indígena, a escrita (ONG,1998) – fragmentos de seu universo cultural através de textos multimodais (THIAGO,2007). Analisamos que os textos apontam pistas que sugerem possível incorporação das práticas de escrita e leitura na escola e na vida da comunidade indígena como importantes elementos no que diz respeito a sua atual situação pós-contato com a sociedade não-indígena. No esforço de compreender a leitura e a escrita em língua portuguesa e na indígena, os discentes produzem pequenas narrativas que dialogam com o seu cotidiano como em: Meu pai matou paca. [...] Eu matei passarinho. A nosso ver, o texto citado aponta para uma série de questões: a divisão entre fazeres dos adultos e tarefas de criança; exercícios de brincar que pedagogicamente o insere nas futuras práticas de um caçador adulto que precisará ter habilidades para construir a sua sobrevivência e a de sua família, remetendo ainda a importância de seu espaço tradicional e cultural, a Terra Indígena; demonstrações do processo pedagógico próprio característico da educação indígena milenar, onde todos e todas ensinam e aprendem em um constante e permanente processo formativo, significativo e solidário. Avaliamos que os textos apresentam marcas que evidenciam a leitura que fazem do ambiente no qual estão inseridos, onde o meio e as línguas se entrelaçam em uma perspectiva intercultural, confirmando com Paulo Freire (ano) que a leitura de mundo precede, e eu acrescentaria ainda, inspira, a leitura da palavra.

Palavras-chave:

Leitura, Escrita, Interculturalidade.

I - Contextualização

O estado de Rondônia possui uma população de 1.453.756 pessoas, distribuídas em 52 municípios (IBGE, 2007). Desta população, cerca de 11.000 mil pessoas (GTA, 2008), pertencem a sociedades indígenas: Makurap, Kanoé, Suruí, Cinta Larga, Karipuna, Karitiana, Aikanã, Tupari, e outras, entre estas, os povos Arara-Karo e os Gavião-Ikolen localizados na Terra Indígena Igarapé Lourdes no município de Ji-Paraná.

Até o final do ano de 1981, Rondônia era território federal, constituído por áreas desmembradas dos Estados do Amazonas e Mato Grosso, situação modificada politicamente em janeiro de 1982, através da Lei n.º 41, de 22 de dezembro de 1981. Sua história tem sido marcada, dentre outros, por eventos de exploração econômica: mineração, pecuária, agricultura por meio de incentivos públicos ou privados referentes à ocupação da terra, que tem conflitado com atuais discussões acerca da gestão do meio ambiente e das populações que tradicionalmente habitaram na Amazônia. (PERDIGÃO; BASSÉGIO, 1992); (IAMÁ, 2008); (MINDLIN, 2001) (DAVIS, 1978).

Os chamados grandes projetos referem-se à construção de uma ferrovia, a instalação de linhas telegráficas, processos de colonização, de extração vegetal (seringa e caucho), além de empréstimos internacionais que financiaram programas de desenvolvimento como o POLAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil e PLANAFLORO - Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (OLIVEIRA; 1988); (OLIVEIRA; BURSZTYN, 1899).

Estas ações desencadearam ao longo do tempo, uma série de reações por parte das sociedades indígenas: na construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré aconteceu constantes conflitos entre os trabalhadores e os índios - como as "apreensões" com os Pacaas Novos (FERREIRA, 2005: 242). A implantação das linhas telegráficas por Rondon, ao estimular a criação dos núcleos populacionais em torno das estações telegráficas, também provocou a dizimação de várias etnias indígenas, como foi o caso dos Jarú e dos Arikême que atualmente só existem por meio do nome de dois municípios.

O processo de colonização, o estímulo à ocupação da terra e a produção da borracha, desencadeado principalmente no final da 1ª metade do século XX, potencializaram os conflitos entre indígenas e não-indígenas de tal forma que foi neste período em que o grau de redução sofrido por estas populações alcançou o nível mais crítico que beirou a extinção destes povos (MEIRELES, 1983).

A atuação de órgãos oficiais como o SPI e mais tarde a FUNAI, a demarcação das Terras Indígenas, a organização política indígena e indigenista, a repercussão de estudos como *Tristes Trópicos* (2000) de Lévi-Strauss de 1938 e *As tribus do Alto Madeira* (1982) de Curt Nimuendaju de 1925, bem como a promulgação da Constituição Federal brasileira (1988), além de outros fatores, foram fundamentais para assegurar a possibilidade do respeito à vida e a diferença, permitindo que as sociedades indígenas hoje ainda possam estar entre nós.

Os Arara-Karó e Gavião-Ikolen são sobreviventes destes tempos, testemunhas das situações difíceis e tristes, pelos quais passaram e que ainda são lembradas nas narrativas rememoradas que fazem. Talvez um esforço para tentar compreender o que aconteceu: *quem era aquela gente estranha que se apossou de suas terras? Porque morreram tantas pessoas queridas - crianças ficaram órfãs, mulheres ficaram sem os maridos e os filhos jovens? Que estranhas doenças eram aquelas que nem o poder do pajé dava jeito? Porque os extrativistas adotavam suas crianças? E a proibição de falar na língua materna, ocorria por qual razão? Por que achavam tão ruim seu relacionamento com os espíritos e impunham a eles e elas, um livro chamado bíblia?* Estas perguntas e muitas outras, talvez ainda se façam presentes na imaginação indígena...

Atualmente os povos indígenas de Rondônia, e mais especificamente as etnias localizadas na T. I. Igarapé Lourdes, os Arara-Karó e os Gavião-Ikolen continuam suas lutas, persistem fazendo perguntas, talvez de outras ordens e procuram, sobretudo, ensinar ao estado brasileiro, na condição de minoria étnica algumas lições referentes ao tratamento com as diferenças. Estas duas etnias dividem a T. I. Igarapé Lourdes, localizada no município de Ji-Paraná em Rondônia, parte central do estado.

Os Arara-Karó constituem uma microssociedade composta de 200 pessoas. Falam a língua Arara, Tupi Ramarama. O contato com não-indígenas ocorreu através das chamadas frentes pioneiras - grupos que adentravam a região em busca de exploração de algum recurso da natureza, neste caso específico, os extrativistas da borracha por volta do final do século XIX (HUGO, 1991) e mais intensamente na 2ª

metade do século XX (SCHULTZ, 1955). Sofreram muito com as epidemias de gripe e sarampo, fator que acarretou diminuição drástica da população - em 1977, eram apenas 77 pessoas (MOORE, 1978).

A instalação dos seringais em suas terras provocou dispersão, desagregação tribal e muitos conflitos, inclusive com outras etnias. Eram considerados 'o terror das missões', por não se submeterem aos discursos religiosos de católicos ou protestantes (MEIRELES, 1983). Apenas em 1966 quando da instalação do SPI em Rondônia, é que ocorreu o processo de realdeamento e posterior demarcação da Terra Indígena.

A educação formal chegou posteriormente com a FUNAI por volta de 1980 e depois pelo sistema estadual de ensino, a SEDUC - Secretaria de Estado da Educação, oficialmente com a criação da Escola Estadual de Ensino Fundamental Iterap Yamoraty - Decreto de Criação nº 5705 de 21 de outubro de 1992 e Escola Estadual de Ensino Fundamental Pay'gap - Decreto de Criação nº 8494 de 29 de setembro de 1998, sob a responsabilidade de 03 professoras e 04 professores, sendo que apenas uma docente não concluiu o curso de magistério indígena.

Já a etnia Gavião-Ikolen, compõe uma sociedade de aproximadamente 500 pessoas, falam a língua Gavião, Tupi Mondé. Apesar de morarem na T. I. Igarapé Lourdes, este não é o seu território tradicional, que ficava mais para o estado do Mato Grosso. Tiveram que sair de suas terras em função de pressões de fazendeiros e por conflitos com outras etnias por volta dos anos 1940. O estabelecimento de relações com não-indígenas se deu através dos extrativistas e depois, por meio dos missionários que convivem com eles desde 1966, o que provocou uma série de impactos em sua relação com a religião tradicional (MINDLIN, 2001).

E semelhante aos Arara-Karo, para sobreviver tiveram que trabalhar nos seringais, em regime de semi-escravidão, sofreram também com as doenças e os embates, fatores diretamente relacionadas à pouquíssima quantidade de idosos atualmente em sua comunidade. (BRASIL, 1983).

A educação formal veio inicialmente através da FUNAI, depois pela SEDUC, oficializando a criação nas escolas a partir dos anos 1990: Escola *Zawidiay Tikombipô[1]*, *Passap Koquip* e *Xinepoabá* mediante o Decreto nº 5705, de 21 de outubro de 1992. Posteriormente a criação da Escola Aldeia do Pereira, da Escola *Mahaguvely* e da Escola *Pagá Pena* através do Decreto nº 8494, de 29 de setembro de 1998. Existem 12 docentes, todos do sexo masculino. Destes, oito cursaram a formação inicial - o Projeto Açaí, em nível médio e quatro não cursaram o referido Projeto, estão em processo de formação.

Atualmente, tanto os Arara-Karo como os Gavião-Ikolen lutam pela manutenção da terra, no sentido de assegurar projetos que contribuam em sua sustentabilidade. Os docentes destas etnias atuaram de forma decisiva junto a Fundação Universidade Federal de Rondônia no sentido de assegurar a implantação de curso de educação superior em uma perspectiva diferenciada para os povos indígenas. Após elaboração do projeto do curso e sua aprovação, através do REUNI - Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais do governo federal, já ocorreu o primeiro vestibular indígena neste ano.

II - Educação e Alfabetização Intercultural: etnicidade e processos formativos

O tema a respeito das relações entre educação e cultura foi sempre presente nos estudos de Paulo Freire, evidenciado principalmente nos *Círculos de cultura* - e nos próprios títulos de seus livros como *Ação cultural para a liberdade* (1981: 39) onde: "[...] o processo de alfabetização, como ação cultural para a libertação, é um ato de conhecimento em que os educandos assumem o papel de sujeitos [...] uma tentativa corajosa de desmitologização da realidade [...]"

Os Círculos de Cultura foram propostos pelo MCP - Movimento de Cultura Popular da Universidade Federal de Pernambuco, sob a coordenação de Paulo Freire na década de 60 em Recife - PE, Mossoró - RN e em João Pessoa - PB e depois pra vários estados e países. Constituem o local da "*Ação Cultural, através da qual se enfrenta, culturalmente, a cultura dominante*" (FREIRE, 1982: 54). Nesta proposta, o ser humano é percebido como um ser histórico-cultural que busca compreender o mundo a partir de seus próprios saberes o que sugere uma ruptura com o modelo de educação bancária que enfatiza o determinismo, o estar... "[...] simplesmente no mundo e não com o mundo e com os outros. *Homens espectadores e não recriadores do mundo*", negando com a isso a possibilidade de intervir na realidade presente. (FREIRE, 1987: 34).

Posteriormente outras leituras, envolvendo vertentes diferenciadas da relação educação e cultura vão surgir no debate: Brandão (2002), Forquin (1993), Gimeno Sacristan (1996), McLaren (2000), Silva (2003), Fleuri (2003), dentre outros, desencadeando polifonias conceituais de várias ordens e múltiplos sentidos: diversidade ou pluralidade cultural, multiculturalismo(s), interculturalidade, intertransculturalidade...

No bojo desta discussão, situamos a expressão *Educação Intercultural Bilíngue*, termo utilizado pela UNESCO e demais países da América Latina para designar a modalidade de educação desenvolvida junto aos povos indígenas - no Brasil, é chamada de Educação Escolar Indígena - com base nos pressupostos do diálogo entre diferentes culturas e saberes, entre as sociedades indígenas e não-indígenas (BRASIL, 2006).

A partir dos anos 1970 e após a publicação da Constituição Federal (1988), os esforços construídos até então, do ponto de vista teórico e prático, vão se materializar no texto constitucional nos artigos 210 e 231. Direitos estes que não só incluíram as preocupações educacionais, mas, sobretudo possibilitaram demandas que impulsionaram as condições para situar a educação escolar indígena como educação intercultural fundamentada posteriormente na legislação específica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº. 9394/96, conforme atesta o artigo 78: "*O Sistema de Ensino da União [...], desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de **educação escolar bilíngüe e intercultural** (grifo nosso) aos povos indígenas [...]*".

Então o reconhecimento referente aos hábitos, linguagens, crenças e tradições indígenas terão implicações diretamente relacionadas às políticas públicas educacionais, ao currículo escolar que vai requerer posturas dialógicas em relação ao que deve ser aprendido e ensinado nas escolas das aldeias de acordo com os saberes mais universais e aqueles de interesse dos povos indígenas, nascia a Educação Intercultural, um desafio para as políticas públicas: "[...] Isso porque, além de reverter séculos de políticas e projetos homogeneizantes, anuladores das identidades e diferenças étnicas, é preciso transformar mentalidades, concepções e práticas estatais, levando em consideração novos paradigmas legais e conceituais [...]". (BRASIL, 2007: 7-8)

No âmbito da concepção de *Educação Intercultural* situamos o conceito de *alfabetização intercultural* enquanto recorte desta concepção - um processo formativo decorrente das relações biculturais ou multiculturais, envolvendo o estudo de duas ou mais línguas e aprendizagens no campo da leitura e da escrita em uma perspectiva dialógica, onde os elementos culturais de ambas precisam estar em um processo de permanente negociação com vistas a um possível equilíbrio e superação de assimetrias. Daí a pertinência da discussão intercultural que busca uma "[...] 'educação para a alteridade', aos direitos do outro, à igualdade de dignidade e de oportunidades, uma proposta democrática ampla". (FLEURI, 2003: 7)

É nosso intuito aprofundar cada vez mais, os conhecimentos sobre a alfabetização que acontece em contextos indígenas, com foco sobre as possíveis implicações da cultura escrita em sociedades de tradição oral, tendo em vista fundamentalmente o direito que todos os povos tem à educação, além da importância destes conhecimentos dado as demandas surgidas em função das relações pós-contato entre estes e as sociedades não-indígenas.

Adotamos o termo *cultura escrita* utilizada por Ferreiro (2001), com o entendimento de que o ato de ensinar a língua escrita deve possibilitar aos alunos e alunas o desenvolvimento das capacidades de leitura e de produção de textos de diferentes gêneros, que circulem socialmente e que estão presentes no cotidiano das sociedades atuais a fim de que possam sempre que necessário utilizar estes conhecimentos a favor dos interesses de suas comunidades.

A *alfabetização intercultural* tem tratamento diferenciado tanto na Constituição Federal como na LDB, Nº 9394 de 1996 ao estabelecer que o ensino fundamental seja desenvolvido por meio da utilização das duas línguas, a portuguesa e a materna, além da prerrogativa de viabilizar a proposta educativa levando em conta seus próprios processos de aprendizagem fundamentados na reflexão da prática cotidiana ancestral, reduzindo a distância entre os saberes da escola e os saberes engendrados na prática social étnica. E é este processo de alfabetização intercultural que se realiza junto às etnias Arara-Karo e Gavião-Ikolen em Ji-Paraná, Rondônia que tem mobilizado nossa atenção acadêmica desde 2004.

III - Exercícios de interculturalidade através de leitura e escrita nas aldeias indígenas.

Pensar processos interculturais a partir de narrativas infantis, na fase inicial da alfabetização, possibilita o exercício de perceber fragmentos de mundos e personagens que inspirados no cotidiano informam importantes aspectos da cultura indígena dos habitantes da T. I. Igarapé Lourdes em Ji-Paraná, Rondônia.

O que nos remete a memória da infância de Paulo Freire e a possibilidade de vislumbrar aproximações com o universo que se manifesta no papel referente às elaborações dos meninos e meninas Arara-Karo e Gavião-Ikolen. O educador pernambucano buscava entender a leitura por meio de um mundo muito particular "*Me vejo então na casa mediana em que nasci, no Recife, rodeada de árvores, algumas delas como se fossem gente, tal a intimidade entre nós - à sua sombra brincava e em seus galhos mais doces à minha altura eu me experimentava [...]*". (FREIRE, 1989: 9).

No esforço de compreender a leitura e a escrita em língua portuguesa e na língua indígena, os alunos e alunas da T. I. Igarapé Lourdes escrevem pequenas narrativas que dialogam com o seu cotidiano como em: "*Meu pai matou paca. Meu pai matou jacaré. [...] Eu matei passarinho*". Com as contribuições da Psicogênese

da Língua Escrita (FERREIRO, 1999), foi possível compreender este texto e anotar a sua tradução de acordo com o autor, conforme ilustração abaixo:

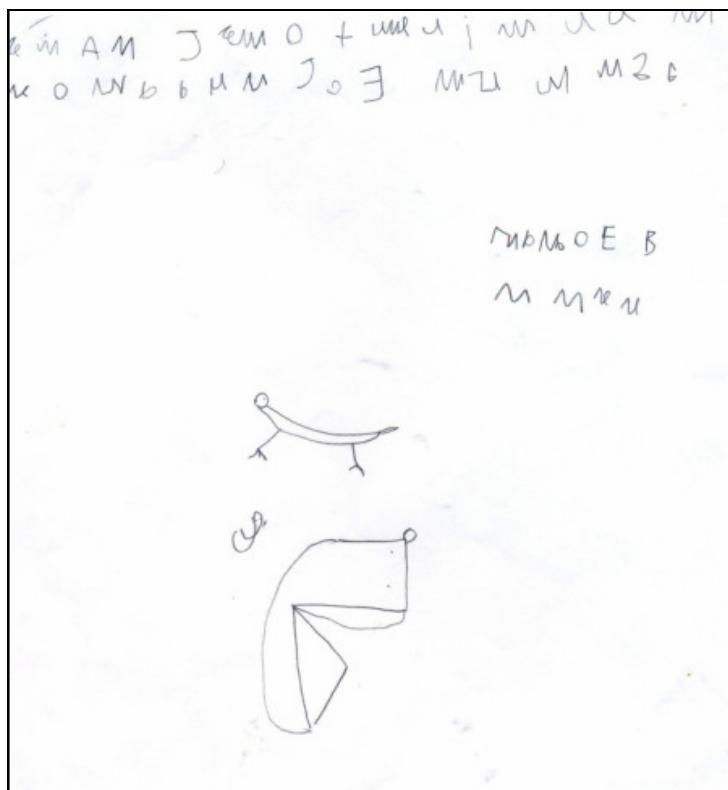


Figura 1 – etnia Arara-Karo

A nosso ver, para além de outras questões, o texto citado aponta para uma série de aspectos: a divisão entre fazeres dos adultos e tarefas de criança; exercícios de brincar que pedagogicamente o insere nas futuras práticas de um caçador adulto que precisará ter habilidades para construir a sua sobrevivência e a de sua família, remetendo ainda a importância de seu espaço tradicional e cultural, a Terra Indígena; demonstrações do processo pedagógico próprio característico da educação indígena milenar, onde todos e todas ensinam e aprendem em um constante e permanente processo formativo, significativo e solidário.

Um texto em forma de listas lembra coisas boas de comer e beber aprendidas deste pequenos: a mandioca (mani) que além de servir como acompanhamento da carne assada, é um dos ingredientes básicos para o preparo da bebida tradicional, a makaloba, assim como a batata (petik) e demais itens da lista:

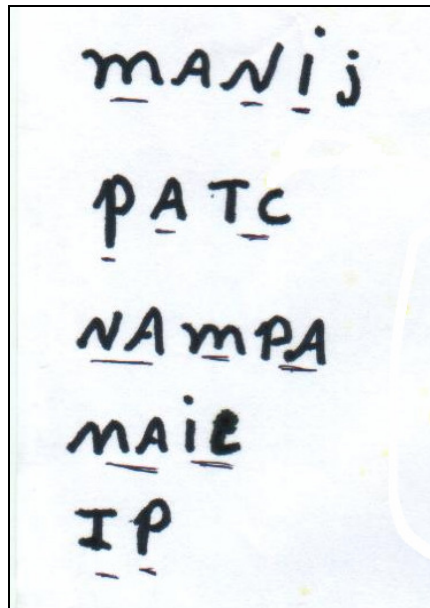


Figura 2 – etnia Arara-Karo

A esperança intercultural nos anima a pensar em uma escola indígena que está em franca construção, uma escola que para além do mecânico BA BE BI BO BU aposta na inventividade, na imaginação criadora por meio das ilustrações que enriquecem as narrativas infantis. O desenho não é mero recurso complementar até porque na maioria das vezes, a atividade é iniciada por ele, ele é fundamental porque contribui na feitura do sentido, do significado daquilo que se deseja comunicar.

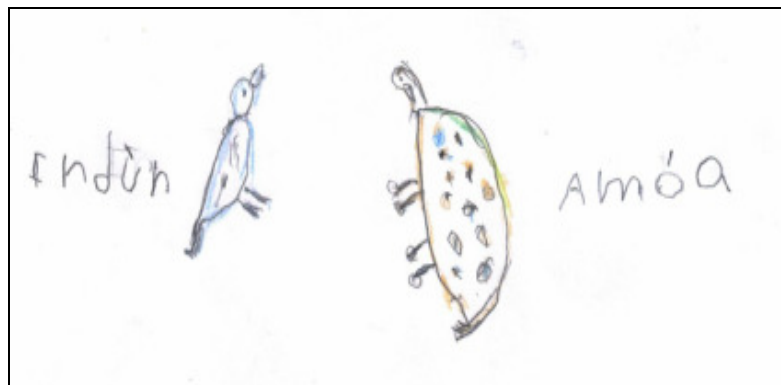


Figura 3 - etnia Gavião-Ikolen

Estas produções evidenciam um sujeito que pensa a leitura e a escrita a partir de seu mundo, de suas histórias e de seus pensamentos. Talvez uma imaginação parecida com a de *um menino que carrega água na peneira* ou quem sabe *uma menina avoadá*? (BARROS, 1999). Ao vislumbrarmos a imagem acima o que vemos: um diálogo entre um passarinho e uma tartaruga? O que conversam? De que falam?



Figura 4 – etnia Gavião-Ikolen

Os episódios referentes às caçadas, conforme ilustra o texto acima é presença constante no papel... De onde vieram? Provavelmente das narrações dos adultos, dos mitos, dos tempos das grandes festas que demandavam caçadas imemoriais... A combinação de elementos - visual e verbal, configuram o texto multimodal (THIAGO, 2007), um recurso que, envolvendo múltiplas formas de representação possibilita o diálogo intercultural na medida em que alia o desenho de tradição indígena ao texto escrito, um mecanismo do mundo não-indígena, todas muito marcadas pela oralidade que contribui na disponibilização de elementos para a configuração da produção dos trabalhos.

As lutas com os espíritos da floresta aparecem o tempo inteiro, que comumente se apresentam através de animais, grandes serpentes, manadas de porcos do mato, rios, peixes, onças, pássaros, tatu e até bichinhos mais conhecidos, como uma barata, oportunidade de escrever de forma bilíngue... Há flechas e arcos no papel que junto com letras e conjunto de palavras vão aos poucos tomando forma de belas histórias...



Figura 5 – etnia Gavião-Ikolen

No intuito de ler as escritas das crianças indígenas, elaboramos também possíveis leituras do seu mundo. Avaliamos que os textos apontam pistas que sugerem possível incorporação das práticas de escrita e leitura na escola e na vida da comunidade indígena como elementos importantes no que diz respeito a sua atual situação pós-contato com a sociedade não-indígena. Apresentam marcas que evidenciam a leitura que fazem do ambiente no qual estão inseridos, onde o meio e as línguas se entrelaçam em uma perspectiva intercultural, confirmando com Paulo Freire (1989: 9) que efetivamente "*a leitura de mundo precede*", e eu acrescentaria ainda, inspira "*a leitura da palavra*".

Referências

- BARROS, Manoel de. *Exercícios de ser criança*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1999.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Educação como cultura*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
- BRASIL. Ministério do Interior. SUDECO. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE. *Relatório de Avaliação da situação dos Gavião (DIGUT)*. Posto Indígena Lourdes, Mauro de Souza Leonel Júnior, nov. de 1983.
- _____. *Cria o Estado de Rondônia, e dá outras providências*. Lei **Complementar Nº 41, de 22 de dezembro de 1981**
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)*. Brasília, 2006.
- _____. IBGE. *Estados 2007*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat>
Acesso em 23/06/2009.
- _____. MEC. *Educação na Diversidade: experiências e desafios na Educação Intercultural Bilíngüe*. Brasília: SECAD, 2007.
- DAVIS, Shelton. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A ferrovia do diabo*. São Paulo: Melhoramentos, 2005.
- FERREIRO, E. & TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

- FERREIRO, Emília. *Cultura Escrita e Educação*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- FLEURI, Reinaldo Matias. *Intercultura e Educação*. Disponível em: <http://www.mover.ufsc.br> Acesso 10/10/2008.
- FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- _____. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- GTA. Grupo de Trabalho Amazônico. *O fim da floresta? A devastação das Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Estado de Rondônia*. Regional Rondônia, 2008 (p. 46).
- HUGO, Vitor. *Desbravadores*. Volume I. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1991.
- _____. *Desbravadores*. Volume II. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1991.
- IAMÁ. Instituto de Antropologia e Meio Ambiente. Arquivos Contemporâneos. Volume 2, Fascículo 1, dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.uspleste.usp.br/>. Acesso 20/03/2009.
- MCLAREN, P. *Multiculturalismo crítico*. São Paulo: Cortez, 2000.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- LOPES DA SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (orgs.). *A Temática Indígena na Escola - novos subsídios para professores de 1º e 2º Graus*. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.
- MEIRELES, Denise Maldí. *Populações indígenas e a ocupação histórica de Rondônia*. Cuiabá: UFMT, 1983. 223 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Mato Grosso, 1983.
- MINDLIN, Betty; DIGUT, Tsorabá, SEBIROP Catarino e outros narradores Gavião Ikolen. *Couro dos espíritos: namoro, pajés e cura entre os índios Gavião-Ikolen de Rondônia*. São Paulo: Senac, 2001.
- MOORE, Denny. *Relatório sobre o Posto Indígena Lourdes da Oitava Delegacia Regional segundo as Diretrizes de levantamento de dados para elaboração de projetos*. Brasília, UnB, 1978.
- NIMUENDAJU, Curt. *Textos indigenistas: relatórios, monografias, cartas*. São Paulo: Loyola, 1982.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas-SP: Papirus, 1988.
- OLIVEIRA, Luiz Rodrigues; BURSZTYN, Marcel. *Conflitos Sociambientais nas reservas legais em blocos: o caso do PA Margarida Alves, em Rondônia*. In:

THEODORO, Suzi Huff. (org.). *Mediação de Conflitos Sociambientais*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.

ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita*. Campinas: Papirus, 1998.

PERDIGÃO, Francinete; BASSEGIO, Luiz. *Migrantes Amazônicos: Rondônia, a trajetória da ilusão*. São Paulo: Loyola, 1992.

RONDÔNIA. Decreto Nº 5705, de 21 de outubro de 1992. *Cria escolas indígenas nos Municípios de Ji-Paraná, Cacoal, Espigão do Oeste, Vilhena e Costa Marques, e dá outras providências*. Porto Velho, [s. d], 1992.

_____. Decreto Nº 8494, de 29 de setembro de 1998. *Cria escolas indígenas de Ensino Fundamental nos Municípios que menciona*. Porto Velho, [s. d], 1998.

SCHULTZ, Harald. *Vocábulos Urukú e Digüt*. *Journal de la Société des Américanistes*, 1955, XLIV, 81-97. Disponível em: <http://www.persee.fr/web>
Acesso em 12/02/2009

SILVA, T.T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

THIAGO, Elisa Maria Costa Pereira de S. *O texto multimodal de autoria indígena: narrativa, lugar e interculturalidade*. [s. n], 2007. 268 p. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, 2007.

[1] Trata-se de uma lendária liderança Gavião-Ikolen, era sogro de Catarino Sebirop atual chefe desta etnia. Outras grafias para este nome: Txikomipô (MINDLIN, 2001, p. 228) e Xikoh Bipoh (KANINDÉ, 2006, p. 39).